

CORONAVÍRUS

Sindicatos cobram mais medidas de segurança para proteger os bancários

Bancos acataram alguns pedidos da categoria e prometem que vão começar a instalar bases de acrílico ou capacete com máscaras para os funcionários

Em reunião através de videoconferência com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) nesta segunda-feira, 13, o Comando Nacional dos Bancários cobrou dos bancos novas medidas para proteger a vida e a saúde dos bancários e impedir as aglomerações nas agências. Os representantes patronais atenderam algumas reivindicações por medidas mais rigorosas de segurança para os bancários e disseram que já compraram bases de acrílico ou capacete com máscaras que começarão a serem instalados e distribuídos. A despeito da MP 936, o Sindicato repudiou as alterações trabalhistas através de negociação individual. “Cobramos o canal da negociação coletiva com as entidades sindicais como o melhor caminho. Todo mundo sabe que na negociação individual prevalece sempre a vontade do lado mais forte, os patrões”, critica a presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio Adriana Nalesso.

TESTES E VACINAS

A respeito das vacinas contra a gripe a Fenaban garante que começarão a ser aplicadas imediatamente, mas os bancos não especificaram em quais regiões começarão a realizar a vacinação. Em relação ao pedido para as instituições financeiras comprarem testes para todos os bancários e bancárias, a alegação é



a de que estão com dificuldade de comprar os kits e pediram mais um tempo para providenciar esta que é uma das mais importantes medidas para evitar o avanço do Covid-19. Os bancários cobram ainda um sistema de agendamento para o atendimento para evitar as aglomerações, que estão acontecendo em várias unidades do país. Outro pedido é a inclusão de bancárias lactantes e mães com crianças de até 2 anos de idade como grupo de risco, devendo mantidas em casa enquanto for necessário a quarentena. Os sindicalistas querem mais gente trabalhando em casa e o atendimento nas agências exclusivamente através de agendamento com os bancos contratando empresas para organizar do lado de fora o atendimento. Os bancos alegam dificuldade

para criar este modelo agendado. “Nossa posição é clara. Queremos o fechamento das unidades e um atendimento exclusivo com agendamento. Não queremos em hipótese alguma bancários fora da agência organizando filas. Além do perigo de serem infectados, estariam ainda mais expostos com total falta de segurança”, explica Nalesso.

MPF NA CONTRAMÃO

A Fenaban informou que existem no país 2.100 unidades fechadas. Muitas delas porque tiveram casos de funcionário infectado pelo coronavírus e outras em função do rodízio feito utilizando o home Office.

Os sindicalistas foram informados que o Ministério Público Federal mandou um ofício a Febraban exigindo mais gente trabalhando nos bancos para reduzir filas e aglomerações. A Fenaban se comprometeu em manter o que foi acordado com os bancários. “A posição do Ministério Público vai na contramão de nossas reivindicações, colocam a categoria ainda mais exposta ao risco de contágio, é uma decisão sem a menor noção da realidade. Queremos proteger os bancários mas também toda a população. Como se não bastassem tantos problemas, ainda vem o MPF para bagunçar o que estamos negociando?”, critica Adriana.

DEMISSÕES NO SAFRA

No final da noite, o Sindicato recebeu denúncias de que o banco Safra está demitindo funcionários em plena crise da pandemia do coronavírus. “Vamos tomar todas as providências possíveis para garantir o emprego dos bancários, esperando sempre que o diálogo e a negociação prevaleçam para que sejam suspensas as dispensas e protegemos os direitos dos bancários. É uma covardia demitir num momento tão dramático para os trabalhadores e para toda a sociedade. O sistema financeiro ganhou muito dinheiro nos últimos 40 anos, nada justifica esta prática”, afirma Adriana.

PLANTÃO EM DEFESA DA VIDA

Sindicato redobra esforços e mantém funcionamento para atender os bancários

A sede do Sindicato continua aberta diariamente, das 11h às 15h, com os funcionários se revezando em regime de plantão. O Departamento Jurídico está atendendo às

demandas urgentes e às homologações às quartas-feiras, das 11h às 15h. Para resolver demandas emergenciais nosso atendimento jurídico criou um e-mail temporário (será extin-

to quando superada a pandemia do COVID19): juridico.emergencial@bancariosrio.org.br. É preciso enviar nome, banco em que trabalha e telefone para agilizar a respos-

ta às dúvidas dos bancários. Ligue para nós: Banco do Brasil: 2103 4122. Caixa Econômica Federal 2103 4123. Bancos Privados: 2103 4121. Ouvidoria: 2103 4105.

DESIGUALDADE

Coronavírus atinge mais os negros

Um a cada três mortos por Covid-19 (32,8%) no Brasil é preto ou pardo, segundo dados do Ministério da Saúde divulgados na última sexta-feira, 10 de abril. Pretos e pardos representam quase um em cada quatro brasileiros hospitalizados com Covid-19 (23,1%). Em seu artigo “Negros e negras podem ser as maiores vítimas da pandemia no Brasil”, escrito em março deste ano, o secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT e diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Almir Aguiar, já alertava para os riscos da população afro-descendente se tornar a maior vítima do Covid-19 no Brasil. “A desigualdade no país é mais um agravante na luta contra esta catástrofe pandêmica. Milhões de pessoas vivem em palafitas e favelas, muitas vezes com famílias grandes em pequenos cômodos, vivendo sem tratamento de esgoto, água potável de qualidade, com crianças brincando no meio de lixões. E, como comprovam os números oficiais, a desigualdade no Brasil tem cor. Em meio a esta massa de gente sem condições mínimas de saúde, sanitárias e de vida, estão, em sua grande maioria, negros e negras”, argumenta o sindicalista em seu artigo.

Itaú doa R\$1 bi para o Itaú

O leitor não leu errado o título. O Itaú Unibanco instituiu um fundo para combate à covid-19 e vai doar R\$ 1 bilhão para a própria fundação do banco realizar a iniciativa. A informação foi antecipada no domingo, pela coluna de Elio Gaspari, na Folha de S.Paulo. Nas redes sociais choveu críticas ao apresentador da TV Globo Luciano Huck, que elogiou a atitude da instituição financeira ao destacar que se trata da “maior iniciativa filantrópica já ocorrida no Brasil”. No Twitter, usuários acusaram Huck de fazer “propaganda” durante a pandemia de coronavírus e questionaram o fato de o astro global apoiar uma doação do Itaú para o próprio banco.

Bancos garantem equipamento de proteção. Bancários apresentam novas reivindicações

Há mais de um mês estamos em luta intensa para que bancos adotem medidas mais rígidas de proteção para bancários/as e clientes diante da pandemia do coronavírus. Nossos alertas para os riscos ganharam contornos trágicos de realidade com a morte de dois bancários em apenas 10 dias no Rio de Janeiro. Somente com muita pressão, obtivemos nesta segunda-feira, 13/04, o compromisso de que os cinco maiores bancos do país estão atendendo à reivindicação que apresentamos e compraram equipamento de proteção para todos/as os bancários e bancárias: álcool gel e luvas, além de barreiras ou capacetes de acrílico que resguardem os/as trabalhadores/as.

Nossa atuação nas negociações também possibilitou que os bancos colocassem em home office 250 mil bancários/as em todo o país. Temos insistido na negociação porque acreditamos que esse é o caminho possível na crise da pandemia e com a decretação do serviço bancário como essencial. Diante do grave quadro atual, temos buscado analisar medidas possíveis para resguardar a vida de bancários/as e clientes, avaliando a dinâmica dos fatos. Por isso, apresentamos na mesa desta segunda-feira novas reivindicações: que os bancos contratem empresas para



organizar as filas externas, com triagem prévia para entrada nas agências, e a inclusão no grupo de vulneráveis, com direito a afastamento imediato, as bancárias lactantes ou com filhos com até dois anos. Duas medidas que serão avaliadas pela Fenaban nos próximos dias. Também insistimos na cobrança da adoção do protocolo de segurança em relação a casos suspeitos: o afastamento de todos os funcionários que tiveram contato com a pessoa em tratamento e a descontaminação dos locais de trabalho.

Ao mesmo tempo, buscamos preservar os direitos duramente conquistados e agora em risco, especialmente diante das medidas adotadas pelo governo Bolsonaro. Consideramos como fundamental a não adoção da Medida Provisória nº 927 pelos bancos. Exigimos que os bancos valorizem a negociação coletiva: não adotem medidas como o contrato individual, que exclui a negociação via entidades representativas, que não imponham a antecipação de férias e de banco de horas negativo, como possibilita a MP.

Não é difícil imaginar como nossa categoria está sofrendo ao ter que enfrentar suas preocupações, entre elas, o temor de contaminação, diante do descaso ao qual estamos assistindo. Levamos esse quadro para a mesa de negociação e nossa indignação ao identificar que alguns gestores continuam cobrando metas, exigindo resultados de vendas de produtos. Diante da economia estagnada, do país parado, não é admissível que os bancos insistam em preservar lucros e resultados. Entendemos que garantir atendimento aos que não possuem conta corrente ou acesso aos canais virtuais é necessário, temos um papel social a cumprir. Mas colocar as nossas vidas em risco dessa forma e ainda cobrar metas não é algo que se possa admitir.

Nesse momento, o que precisamos é de união para enfrentar o pior. Precisamos que recursos sejam aplicados na implementação de estratégia unificada para a preservação da vida. Precisamos de sensibilidade. Esperamos que a responsabilidade com a vida seja, de fato, prioridade e que tenhamos mais agilidade e efetividade nas ações. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade do atendimento por agenda. Antes que seja tarde.

Adriana Nalesso

Presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 16.000**

MAIS PACOTE DA MALDADE

MP 936: Sindicato repudia negociação individual e demais prejuízos aos trabalhadores

Bancos já implementam algumas das novas regras, como férias compulsórias e banco de horas sem dialogar com as entidades sindicais

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro repudia a Medida Provisória 936/2020, baixada pelo governo Bolsonaro, que traz uma série de prejuízos aos trabalhadores, afetando também os bancários. Com mais estas mudanças na legislação trabalhista, o empregador pode suspender contratos de trabalho, reduzir salários e jornada, entre outros ataques a direitos conquistados pelo povo brasileiro em décadas de lutas do movimento sindical.

RISCOS PARA OS BANCÁRIOS

Alguns bancos, como Itaú, Santander e Banco do Brasil já começam a implementar as novas regras da MP, impondo férias compulsórias, banco de horas e a negociação individual, sem a participação das entidades sindicais. “Esta Medida Provisória traz um precedente perigoso retirando uma série de direitos, tudo feito em negociação individual, sem a participação das entidades sindicais. As novas regras impostas pelo governo e pelo patronato representam um risco aos direitos da categoria e de todos os trabalhadores”, alerta a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso. Em reunião através de videoconferência com a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) realizada na segunda-feira, 13 de abril, os sindicatos cobraram um canal de nego-



A presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio Adriana Nalesso repudia a MP 936 e o uso das novas regras pelos bancos e defende o diálogo entre patrões e as entidades sindicais

ciação para qualquer item de alteração dos direitos da categoria e reivindicaram as garantias previstas na Convenção Coletiva de Trabalho.

PELA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Com esta decisão do governo, as empresas podem colocar o empregado de férias com um aviso de apenas 48 horas, mesmo que o trabalhador ainda não tenha período aquisitivo. O empregador pode ainda estabelecer acordo de banco de horas diretamente

com os empregados, sem a necessidade de participação dos sindicatos. O empregado poderá compensar futuramente eventuais horas de inatividade devido à pandemia. “O movimento sindical busca sempre o diálogo, a negociação, que mais do que nunca serão fundamentais neste momento tão dramático de calamidade. É lamentável a postura dos bancos, mas vamos continuar pressionando a Fenaban e defendendo os direitos dos bancários. Somente a negociação coletiva consegue nos defender e garantir os nossos direitos”, explica Adriana. De acordo com a MP, as reduções de salários podem ser de 25%, 50% e 70%. A mudança pode ser feita por negociação individual, sem a participação do sindicato ao qual o empregado está vinculado. O empregado poderá ter o salário reduzido por até 90 dias, além de prejuízos para o FGTS e o 13º salário.

Decisão do STF - O Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido da Advocacia Geral da União (AGU) e manteve a decisão de que as alterações da MP 936 só terão validade após a manifestação de sindicatos, embora o ministro Ricardo Lewandowski tenha feito uma ressalva de que “os acordos individuais firmados entre empregadores e empregados têm validade imediata”. As entidades sindicais têm um prazo de até dez dias após a aplicação das medidas para se manifestar.

Partidos do governo querem aprovar MP que corta impostos e facilita demissões em pela crise do coronavírus

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), está com pressa e fazia de tudo para aprovar a Medida Provisória 905 ainda nesta segunda-feira. A votação estava marcada para as 20 horas, em videoconferência. Mas até o fechamento desta edição a decisão não havia acontecido.

Em plena pandemia do coronavírus, com os governos da maioria dos países adotando medidas para proteger empregos e salários, os partidos aliados do governo Bolsonaro insistem em aprovar esta MP que cria a Carteira Verde e Amarelo voltada para jovens de 18 a 29 anos em postos que recebam até um salário mínimo e meio, ou R\$ 1.497, pelo prazo de dois anos. A medida promove uma minirreforma trabalhista, acabando com uma série de direitos, sob a alegação de que, assim, facilitaria as contratações.

Mas a verdade é que o governo e agora seus partidos aliados têm como único objetivo beneficiar os patrões. A MP reduz impostos, quando mais o Estado precisa de recursos para investir na economia para procurar salvar postos de trabalho e garantir ajuda aos



assalariados e informais.

Como exemplo, empresas e bancos não pagarão alíquotas do Sistema S, do salário-educação e da contribuição patronal de 20% para a Previdência Social. A alíquota do FGTS passa de 8% para 2%. Em caso de demissão sem justa causa, a multa sobre o fundo baixa de 40% para 20%. Ou seja, reduz os recursos públicos num momento gravíssimo, ameaçando os direitos de aposentados, pensionistas e trabalhadores licenciados; ao reduzir também a contribuição patronal do FGTS, diminui drasticamente os recursos do fundo que é dos trabalhadores. E ao baixar pela metade a multa em caso de dispensa, facilita as demissões.

Como se não bastasse tanta desfaçatez, para compensar a perda de receita, o governo deverá cobrar contribuições de quem recebe seguro-desemprego. Ou seja, do trabalhador demitido. De outro lado, em casos de demissão sem justa causa, a perspectiva é que o trabalhador receba até 80% menos de verbas.

A MP 905, na prática, elimina, ainda, a vedação de trabalho aos domingos, permitindo o não pagamento da hora dobrada, desde que haja a compensação, ou seja, folga, em outro dia. O repouso semanal remunerado deverá coincidir com o domingo no mínimo uma vez no período máximo de quatro semanas para os setores de comércio e serviços e, no mínimo, uma vez no período máximo de sete semanas para o setor industrial.

Bancos - Bancários, exceto operadores de caixa, perdem a jornada de seis horas. As demais funções só recebem horas extras a partir da oitava hora de jornada. O pagamento ao trabalhador a título de fornecimento de alimentação explicitamente deixa de ter caráter salarial, não incidindo sobre os valores, portanto, impostos trabalhistas.

Sindicato pressiona e Bradesco fecha agências após morte e suspeitas por coronavírus

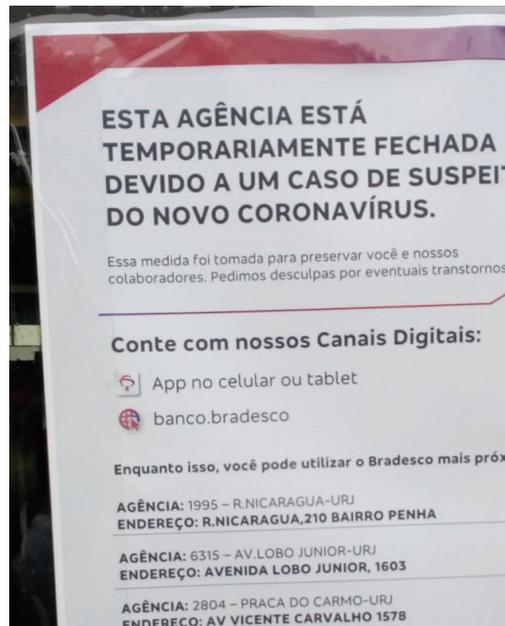
Após a morte do bancário Paulo Lancelotte, 54 anos, na última sexta-feira, 10 de abril, com sintomas de coronavírus, a presidente do Sindicato Adriana Nalesso entrou em contato com o Bradesco solicitando imediatamente o fechamento da agência Largo da Penha onde Paulo trabalhava para proteger a saúde e a vida dos demais funcionários, clientes e usuários. Foi pedido também o fechamento da unidade do Shopping Millenium na Barra da Tijuca onde trabalha uma filha de Lancelotte. O banco atendeu a reivindicação do Sindicato. Não é de hoje que o movimento sindical vem cobrando da Fenaban o fechamento das unidades bancárias. “A decisão do banco não poderia ser outra que não fosse o fechamento das agências. É necessário avaliar a saúde de todos os demais funcionários das duas unidades e dar toda a assistência. É inaceitável que a categoria continue perdendo vidas por causa da insistência da Fenaban em continuar mantendo as agências abertas. É preciso proteger as vi-

O Bradesco atendeu a solicitação do Sindicato e fechou as agências do Largo da Penha e outra na Barra da Tijuca após a morte do bancário Paulo Lancelotte, vítima do Covid-19

das em primeiro lugar”, disse Adriana Nalesso. O Sindicato defende o atendimento apenas em casos de extrema necessidade e mesmo assim com agendamento para evitar aglomerações, fechando todas as demais agências.

MAIS UMA VÍTIMA

Paulo Lancelotte era gerente do Bradesco da agência Penha, na região da Leopoldina do Rio de Janeiro. Ele fazia parte do grupo de risco, pois era diabético e havia voltado de férias no dia 1º de abril. Como não estava se sentindo bem teria entrado em contato com o



programa Viva Bem do banco relatando sintomas do Covid-19 e teria sido orientado para fazer os exames a fim de obter o afastamento e receber acompanhamento médico. Mas a violência do vírus não deu tempo sequer para a conclusão dos exames. Paulo foi levado ao hospital às pressas na

manhã da última sexta-feira, 10, pois o seu estado de saúde havia piorado e acabou não resistindo. É mais uma vida ceifada na categoria por conta da pior pandemia na história da humanidade. O banco nega a informação de que o bancário tenha entrado em contato com o programa Viva Bem antes de sua morte.

AGÊNCIAS TIJUCA E ABOLIÇÃO

Em função da suspeita de funcionários com coronavírus, mais duas agências do Bradesco foram fechadas a pedido do Sindicato, como medida preventiva para que sejam feitas ações sanitárias necessárias nas unidades Abolição e Tijuca, na Região Norte da cidade. “É lamentável que a Fenaban não atenda as nossas reivindicações de fazer atendimento somente através de agendamentos para evitar aglomerações e perigos para os funcionários e para a população colocando em risco todo mundo e trazendo muita aflição para os bancários”, disse a diretora do Sindicato Nanci Furtado.

Ajuda emergencial mostra importância de bancos públicos e valor dos empregados da Caixa

Cerca de 33,7 milhões receberam auxílio de R\$ 600. Primeiros a receber foram os que estão no Cadastro Único, mas não recebem Bolsa Família e têm conta no BB ou poupança na Caixa

Cerca de 33,7 milhões de pessoas receberam, a primeira parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 anunciado pelo governo para trabalhadores informais. A ajuda foi aprovada pelo Congresso Nacional que havia rejeitado a proposta inicial do governo Bolsonaro, que era de R\$200 mensais.

Os primeiros a receber foram aqueles que estão no Cadastro Único do governo federal, mas não recebem Bolsa Família, e que têm conta no Banco do Brasil ou poupança na Caixa Econômica Federal. O benefício será creditado na conta poupança de 2.150.497 clientes da Caixa e na conta de 436.078 clientes do Banco do Brasil. O total disponibilizado foi de cerca de R\$ 1,5 bilhão.

O auxílio emergencial será pago para trabalhadores informais, desempregados, contribuintes individuais do INSS e MEIs. O vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Paulo Matileti destacou a importância da Caixa enquanto banco público e que os empregados precisam ser valorizados pelo



Paulo Matileti, vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, reafirma importância das instituições públicas, do papel social do Estado e da importância de a sociedade valorizar os empregados da Caixa

trabalho que estão realizando. “Nos momentos que o povo mais necessita de amparo, são os bancos públicos que realizam o papel de executar os programas sociais e proteger a população mais vulnerável dos impactos da crise do coronavírus. Do setor privado, especialmente no sistema financeiro, não se pode esperar nada, a

não ser a especulação e a acumulação de riqueza para uns poucos. Neste período crucial de enfrentamento da pandemia fica ainda mais evidente o papel social do Estado e das instituições públicas e o valor que os empregados da Caixa têm para o país”, disse Matileti.

O sindicalista lembra ainda que esta não é primeira vez que os bancários da Caixa desempenham uma missão valerosa em benefício dos trabalhadores e da nação brasileira.

“Na implantação do programa Bolsa Família, muitos empregados realizaram um trabalho nos rincões deste país para cadastrar os beneficiários, gente que vivia na miséria absoluta. Este programa criado por Lula foi muito criticado por setores reacionários da sociedade, mas graças a este cadastramento feito para o recebimento do benefício social, milhões de pessoas estão podendo receber o auxílio emergencial”, completa o sindicalista.

Promoção por mérito será paga em Abril

A Caixa Econômica Federal vai pagar em abril a promoção por mérito ano-base 2019. Os critérios foram definidos pela Comissão Paritária da Promoção por Mérito, composta por representantes dos empregados e da direção da empresa. “Esta é mais uma importante conquista das lutas da categoria e do movimento sindical e vem num momento importante para os empregados”, destaca Paulo Matileti.

O modelo aprovado prevê pontuação máxima de 70 pontos. Recebe o delta quem atingiu 40 pontos. Os critérios objetivos foram distribuídos da seguinte forma: 20 pela conclusão dos três cursos previstos no Conquistar da unidade, 5 pontos para o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) realizado (não pode estar vencido) e outros 15 pontos para a frequência medida pelo Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon).